

de Husserl. A questão agora não é só a questão sobre a ciência e não é só a questão da Europa.

A crise agora é a reificação do próprio social e da perda do seu poder autocriativo. Em lugar de uma sociedade da produção, agora temos uma sociedade de consumidores. Perdeu-se ou se mistificou a fonte da constituição do social. Temos que reinventar essa fonte produtiva, essa, como fala Rueda, *excentricidade do povo*, além do sistema. Parece Habermas, mas não é. Em Habermas, pensa Rueda, estamos perdendo uma específica dimensão material da cultura e dos pressupostos concretos. A inspiração fica ao lado das leituras deleuzianas. Voltam os pressupostos rizomáticos da constituição social, confrontando-se no fundo com uma leitura darwinista, sobre a mesma produtividade e a mesma riqueza em ordem da *natura naturans*. Afirma-se a riqueza energética dos rizomas contra as novas identidades que nos dominam, do capitalismo e da cultura identitária global.

A nova política, que tem início em Spinoza e Nietzsche, volta para essa cidadania autopoética. Sentir-se vivo na política é o recado dos movimentos e das ruas.

Luis Sáez Rueda já é muito conhecido na filosofia espanhola. Os seus livros anteriores são: *La Reilustración Filosófica de K.-O. Apel* (1995), *Movimentos Filosóficos Actuales* (2001), *El Conflicto entre Continentales y Analíticos* (2002) e *Ser Errático* (2009).



## RESUMOS

---

### RESUMOS DE PESQUISAS DESENVOLVIDAS POR ALUNOS DA FAFIL 2015-2017

#### DISSERTAÇÕES DE MESTRADO

##### **A comunidade moralizada em Rousseau e Platão: fundação, conservação e degeneração**

Adriane Campos de Assis Remigio

Orientador: Renato Moscateli

Data da defesa: 09/12/2016

A investigação que realizamos explora as repercussões filosóficas de Platão que supomos poder encontrar no pensamento político rousseauiano. Assim, temos por objetivo pesquisar o que entendemos como passos para fundar-se e manter-se uma república na visão de Rousseau, e após isso, compreender por quais motivos ela tem seu fim. Tendo por hipótese que se trata de uma comunidade moralizada, buscamos verificar se algumas das características que a compõem também já haviam sido pensadas na filosofia platônica. Iniciamos por mostrar como, em ambos os autores, existe a reflexão sobre um espaço anterior à sociedade, e que após a criação dela, alguns princípios parecem aproximar-se no tocante ao seu bom ordenamento: simplicidade ao viver, reforço na união e harmonia da comunidade, importância das leis e da educação como estratégia política, importância de eventos de cunho festivo, crítica ao luxo, às divergências políticas, aversão às facções. Após analisar todos esses aspectos, consideramos que alguns deles, merecem uma observação mais cuidadosa, pois se não forem problematizados, suas consequências poderiam levar a possíveis restrições da liberdade dos membros dessas comunidades. Portanto, ao final de nossa exposição sobre a formação, a preservação e o fim do corpo político,

perguntamos sobre o espaço da liberdade individual nas comunidades idealizadas por Platão e Rousseau.

**Palavras-chave:** Comunidade moralizada. Política. Rousseau. Platão.

### **Leituras do kantismo: Cohen e Heidegger, perspectivas antagônicas sobre a estética e a analítica**

Céline Marie Agnès Clément

Orientador: Hans Christian Klotz

Data da defesa: 05/09/2016

Com o presente trabalho propomos analisar duas leituras consideradas como radicalmente opostas da Crítica da razão pura, de Immanuel Kant. Para tal, privilegiaremos dois livros, a saber: Teoria kantiana da experiência (1871), de Hermann Cohen e Kant e o problema da metafísica (1929), de Martin Heidegger. Nosso objetivo é mostrar de que modo a leitura de Heidegger construiu-se contra a de Cohen que, por sua vez, já é ela mesma um resposta ao psicologismo reinante no século XIX. Além disso, tentaremos esclarecer certos pontos de convergência entre ambos os autores, como, por exemplo, a radicalização do transcendentalismo. Sobressai, portanto, um problema hermenêutico ligado à utilização de um texto clássico por um filósofo a fim de justificar suas próprias teses, problema sobre o qual Ernst Cassirer se debruça mostrando que, por mais que a interpretação neokantiana seja orientada, a de Heidegger é “arbitrária” e “manipuladora”, segundo os próprios termos deste que foi o adversário de Heidegger durante os debates de Davos, de 1929, debate sobre o qual nos apoiaremos para melhor compreender a posição cassireriana em relação tanto a Cohen quanto à interpretação heideggeriana da Crítica.

**Palavras-chave:** Kantismo. Neo-kantismo. Heidegger. Cohen. Metafísica.

### **Semelhança e figuração em linguagens da arte de Nelson Goodman**

Chiyoko Gonçalves do Nascimento Oliveira

Orientador: André da Silva Porto

Data da defesa: 20/10/2015

Nesta obra abordarei parte da filosofia de Nelson Goodman no tocante a sua teoria estética e sua rejeição das usuais teorias da representação pictórica, ou figuração, que se baseiam na relação de semelhança por características comuns entre símbolo e objeto. Em sua teoria Goodman propõe que deve ser abandonada a posição que sustenta a semelhança como critério suficiente de realismo ou naturalismo figurativo. Para isso é necessário que adotemos a noção de representação pictórica como uma forma denotativa, inclusa dentro das teorias semânticas da referência, e que ela funcione mais ou menos como descrições verbais para objetos. Argumentarei que semelhança não é condição necessária ou suficiente para assegurar uma representação figurativa. Para isso estruturarei a dissertação de forma a garantir três pontos fundamentais: (a) a crítica de Goodman a relação de semelhança de como critério suficiente e necessário ao realismo figurativo com base em termos de posses de características comuns entre objetos; (b) a crítica às concepções ingênuas de figuração e sua relação com os termos de (a); e (c) a recorrência a uma ideia de aprendizado e construção simbólica para a resolução de (a) e (b).

**Palavras-chave:** Nelson Goodman. Linguagens da arte. A teoria da figuração. Semelhança. Realismos figurativos.

### **A teoria kantiana do agir racional**

Darley Alves Fernandes

Orientadora: Márcia Zebina Araújo da Silva

Data da defesa: 25/07/2015

Nosso objetivo neste trabalho será o de oferecer uma perspectiva de compreensão do problema da liberdade da vontade e, respectivamente, uma solução possível para a questão a partir da Crítica da razão pura. Neste sentido, procuraremos definir o problema da liberdade da vontade como um problema a respeito da legislação do agir que nos leva a indagar quais são as regras, causas e normas que regem o agir humano. Quais são as leis e causas do agir humano? São as leis e causas naturais, desejos e inclinações, ou são leis e motivos racionais, princípios práticos? Interessa-nos defender a noção de agir racional livre que pressupõe, por um lado, uma razão prática que orienta o agir a partir de prescrições que comandam e impõem autoridade normativa e, por outro lado, a capacidade prático-deliberativa do agente de reconhecer e julgar tais prescrições. Toda a discussão terá por conceito central o arbítrio livre (liberdade prática). Portanto, investigaremos exaustivamente as características deste conceito, a estrutura, a espontaneidade, a relação com as demais faculdades e etc. No geral,

a concepção de vontade livre que iremos defender depende, num primeiro momento, da espontaneidade e capacidade de autodeterminação do arbítrio frente às inclinações sensíveis. Obteremos o conceito de vontade a partir de uma explanação das características reflexivas do arbítrio e da faculdade de desejar, isto é, a vontade surgirá como algo necessário ao conceito de arbítrio livre. Por vontade livre nós devemos entender a capacidade humana de agir por meio da representação de leis e princípios prático-rationais, a capacidade de autodeterminação do querer por meio da razão prática e supressão das inclinações sensíveis mediante a possibilidade de agir por um motivo racional puro. Ao final veremos que a defesa da liberdade da vontade fornece-nos uma profícua teoria do agir racional.

**Palavras-chave:** Liberdade da vontade. Arbítrio. Vontade. Espontaneidade. Causas. Razões.

### O ocaso da noção de combinatória do Tractatus de Wittgenstein: Um estudo sobre como o conceito de regras surge no período intermediário

Diego de Souza Avendaño  
Orientador: André da Silva Porto  
Data da defesa: 21/11/2016

Em minha dissertação buscarei esboçar o percurso pelo qual o conceito de regra “surge” no pensamento de Wittgenstein. Irei considerar que a origem da abordagem do conceito de “regra” encontra-se no rápido desenvolvimento do pensamento do autor entre 1929 – 1934. Nesta época, seu problema imediato era remediar o erro das considerações Tractarianas acerca da necessidade lógica apresentado por Ramsey. Para corrigir este erro, Wittgenstein introduz duas inovações com as quais ele acredita poder resolver o problema e, ainda, preservar a rígida demarcação tractariana entre verdade lógica e verdade empírica. Primeiro, ele irá substituir o modelo único de cálculo subjacente à linguagem natural que imperava no Tractatus por uma concepção que ele descrever como sistema de proposições (Satzsysteme), no qual a linguagem seria vista como um complexo emaranhado de sistemas proposicionais autônomos, cada qual constituindo um espaço lógico distinto. Desta maneira, ele preserva a tese de que toda necessidade é uma necessidade lógica, contudo, será preciso abandonar a concepção referencial de significado e a independência lógica das proposições elementares. Assim, nossa proposta nesta dissertação é estabelecer todos os aspectos da filosofia do Tractatus que antecedem e fundamentam a proposta da

linguagem enquanto correspondência, enfatizando que o abandono desta última resulta em mudanças como: 1) uma palavra só tem significado no contexto do seu sistema proposicional; 2) o significado de uma palavra qualquer é a totalidade das regras que governam seu uso neste sistema; 3) o sentido de uma proposição é o método de sua verificação. Por fim, para que possamos compreender o contexto dessas mudanças, parece ser o caso de, por um lado, estabelecer a essência e a forma geral da proposição no Tractatus e, com isso, elucidar alguns aspectos do que, segundo o autor, são traços essenciais da linguagem e do mundo; por outro, estabelecer os limites do âmbito da análise, para que possamos compreender a sua mutação esboçada em conformidade com o novo critério do sentido, as regras, pois o que conta como objeto de análise será menos determinado por uma forma geral e mais exibido por um “cálculo” possível.

**Palavras-chave:** Combinatória vero-funcional; Regras; Wittgenstein; Tractatus logico-philosophicus; Período intermediário.

### Entre a arte e a filosofia: sobre o pensamento de Maurice Merleau-Ponty

Edson Lenine Gomes Prado  
Orientadora: Carla Milani Damião  
Data da defesa: 2015

Neste trabalho procuramos desvelar alguns dos motivos pelos quais desde as suas primeiras pesquisas o filósofo francês Maurice Merleau-Ponty concedeu às artes um estatuto privilegiado. No sentido de uma primeira aproximação no que concerne ao tema das relações entre arte e filosofia em seu pensamento, trata-se compreender a maneira como essas duas instâncias estão entrelaçadas em sua obra, tomando em especial a Fenomenologia da percepção e o ensaio A dúvida de Cézanne.

**Palavras-chave:** Arte. Filosofia. Expressão. Linguagem. Fenomenologia.

### A encarnação da filosofia: uma análise da filosofia da sensibilidade de Ludwig Feuerbach

Felipe Assunção Martins  
Orientador: Hans Christian Klotz  
Data da defesa: 29/03/2016

O pensamento de Ludwig Feuerbach, quando bem se apercebe sua dimensão e alcance, está longe de estar limitado a uma simples crítica da religião e do cristianismo. O quase generalizado rótulo de ateu parece persegui-lo, gerando interpretações empobrecedoras do seu pensamento. Contudo, se observarmos o movimento de suas obras – das quais nos limitamos, por diversos motivos, ao período de 1839 até 1843 - podemos identificar um eixo temático mais relevante: a tentativa de revalorização para a filosofia dos aspectos sensíveis do homem. Sob esse prisma, podemos compreender tanto as obras juvenis, passando pela própria *A Essência do Cristianismo*, e chegando à sua posterior “filosofia do futuro”. A imagem desse desenvolvimento como uma “encarnação” sintetiza também a própria evolução da filosofia feuerbachiana que, acompanhada aqui cronologicamente, se desdobra desde um cenário pós-hegeliano, cuja reivindicação inicial da “realização da ideia” se prende ainda no horizonte do hegelianismo, até a sua emancipação e formação de uma filosofia autenticamente encarnada na figura humana e na sensibilidade da qual está completamente submetida.

**Palavras-chave:** Sensibilidade. Antropologia. Religião.

### **O Homo Oeconomicus em Michel Foucault: a análise do ser humano como naturalmente econômico na arte liberal de governar**

Guilherme de Freitas Leal

Orientadora: Adriana Delbó Lopes

Data da defesa: 12/03/2015

A proposta de pesquisa da presente dissertação tem como referência mais básica os cursos do Collège de France dos anos de 1976 a 1979 ministrados por Michel Foucault e tem como foco principal o conceito de *homo oeconomicus* como peça chave para uma análise abrangente e articulada entre os mais variados aspectos que compõem a biopolítica tal como o pensador francês a apresenta em suas pesquisas. Essa noção específica do sujeito de interesses, do sujeito autointeressado é justamente o que possibilitará todo o entrelaçamento dos mecanismos e dispositivos que caracterizam o biopoder ao mesmo tempo em que se constitui como a energia ou a força-motriz que propulsiona seu funcionamento. Parte-se da ideia de soberania clássica e sua contraposição em relação ao biogoverno a fim de desfazer-se de uma análise do poder que busca a fundamentação metafísica ou transcendental de uma verdade que guiaria o legítimo exercício da política. Analisa-se, por conseguinte, a razão de Estado

assim como a compreensão de governamentalidade moderna a fim de esclarecer qual o modo de atuação tanto interno quanto externo por parte de um biogoverno que tem a economia como crítica interna da sua racionalidade e a população como alvo principal de sua atuação. Estrutura-se, a partir de então, o que o Foucault apresenta acerca da crítica liberal no que se refere à construção da individualidade pela tecnologia disciplinar bem como o fabricar liberdades fundamentalmente econômicas e a manutenção de um poder de polícia enquanto garantia da normalidade. Dessa forma, configurar-se-á a exposição do conceito do *homo oeconomicus* enquanto o modo de vida que serve de fonte para a constante ativação da biopolítica com suas leis, normas, disciplinas, dispositivos de segurança, policiamento, etc., tendo em vista sua lógica de ação autointeressada. Examinaremos ademais o neoliberalismo americano, mais precisamente, como a crítica à racionalidade governamental que permitiu todo um refinamento não só do próprio homem econômico – entendido como capital humano – como também da própria forma como são tratados pelas técnicas de governo. Estabelecemos, dessa maneira, uma compreensão, dos mais variados e fundamentais aspectos considerados por Foucault em seus estudos acerca do modo como a política é exercida desde a modernidade a partir justamente do conceito de *homo oeconomicus* como o grande parceiro governamental.

**Palavras-chave:** Biopolítica. Governamentalidade. *Homo oeconomicus*.

### **Dissensões dos humores e liberdade republicana: discussões sobre as condições de convergência e de divergência segundo o pensamento político de Maquiavel**

João Aparecido Gonçalves Pereira

Orientador: Renato Moscateli

Data da defesa: 09/02/2017

A vida política e os elementos que a constituem sempre foram e continuam sendo objetos de estudo da filosofia política. As discussões em torno de como os homens devem se estruturar politicamente, da melhor maneira possível, têm perpassado todos os períodos da história da filosofia, destacando-se nos pensamentos políticos de diversos autores, e em não raros casos, sob perspectivas bastante divergentes. Neste trabalho, propomos discutir os textos de Maquiavel no que concerne aos elementos estruturantes da vida política, dando ênfase ao tipo de relação que pode haver entre as dissensões dos humores e a liberdade republicana. Com base nessa análise, discutiremos a originalidade do autor acerca deste assunto e, igualmente, as condições que, segundo ele,

tornam os conflitos convergentes com a liberdade, assim como aquelas que os tornam nocivos à vida livre.

**Palavras-chave:** Maquiavel. Dissensões dos humores. Convergência e divergência. Liberdade. Corrupção. Grandeza e ruína.

### O conceito de episteme em Platão: análises em diálogos do período intermediário ao da maturidade

José Silva Ramos Filho

Orientador: José Gonzalo Armijos Palácios

Data da defesa: 26/09/2016

O objeto de estudo neste trabalho é o conceito de episteme na filosofia de Platão. Partimos do pressuposto de que o filósofo introduz novas hipóteses a partir dos diálogos do período intermediário. Um eixo para a avaliação disso surge já no *Mênon*, onde Platão distingue episteme de doxa e introduz a teoria da reminiscência. Nas demais obras aqui estudadas, *Fédon*, *Teeteto* e *A República*, Platão sistematiza suas ideias e amadurece conceitos importantes, como o de aisthesis. Nossa intenção é averiguar como o filósofo relaciona suas concepções nas obras que analisamos e, sobretudo, responder à indagação: mantém Platão uma unidade conceitual acerca do termo episteme ou muda de concepção conforme amadurece os diálogos que abordamos?

**Palavras-chave:** Episteme. Aisthesis. Anamnese.

### Corpo e Subjetividade em Merleau-Ponty

Luana Lopes Xavier

Orientador: Fábio Ferreira de Almeida

Data da defesa: 22/02/2017

O objetivo do presente trabalho é analisar o tema Corpo e subjetividade na obra de Maurice Merleau-Ponty, tomando como viés suas críticas e interpretações do pensamento fenomenológico. Compreendemos, em especial, que a fenomenologia merleau-pontiana elege a experiência corpórea como fonte da percepção. Desta forma, a fenomenologia nos levará a uma abordagem do corpo atrelado à subjetividade ou da imbricação entre homem e natureza, expressas em

obras como *A estrutura do comportamento* e *Fenomenologia da percepção*. A intenção do nosso trabalho é mostrar como o pensamento de Merleau-Ponty se empenha em romper com os dualismos sobre a relação corpo-mente e recuperar os dados sensíveis da consciência a partir da experiência perceptiva, mais especificamente, pensar a crítica empreendida pelo autor aos estudos clássicos do corpo e à cisão moderna entre interioridade e exterioridade, tendo em vista uma fenomenologia do entrelaçamento homem-mundo. Para tal, deter-nos-emos a referências que Merleau-Ponty realiza a Descartes, Husserl e Bergson, também à obra *A estrutura do comportamento*, mas propondo, sobretudo, uma possível leitura da *Fenomenologia da percepção*.

**Palavras-chave:** Merleau-Ponty. Corpo. Consciência. Experiência. Subjetividade. Mundo.

### A importância da formação do cidadão na perspectiva de Jean-Jacques Rousseau

Luiz Carlos Ferreira Braga Junior

Orientadora: Helena Esser dos Reis

Data da defesa: 06/11/2015

O filósofo de Genebra, Jean-Jacques Rousseau, em seus escritos políticos sempre se preocupou em pensar uma boa República. Sua filosofia, neste campo, dialoga com os temas da soberania, legitimidade, lei, poder, dentre tantos outros. São temas que constituem seu bojo conceitual. É interessante notar que todos estes temas se convergem em um outro, a saber: a educação cívica. Este último é o mote principal de nossa investigação nessa Dissertação. A educação cívica se mostra como um ponto fulcral que nos auxilia na compreensão do modelo político pensado por Rousseau. Modelo que sempre buscou teorizar e se esforçou para uma possível prática da defesa da liberdade e igualdade de todos os membros do corpo social. Nossa pesquisa se propôs, precisamente, analisar a possibilidade e os meios plausíveis de equacionar a liberdade e a igualdade dos cidadãos de uma República legítima com o amor pátrio que faz cada um preferir sempre o bem público. Com esse objetivo nos detemos em dissertar sobre o estado civil legítimo, posto que este se constituirá como o quadro referencial para nossas considerações acerca da formação do cidadão e do exercício da cidadania. Em seguida, procuramos investigar qual pode ser a melhor educação para o homem que vive em sociedade, com vistas à formação do amor pátrio, posto que sem essa educação o tratado social será apenas uma forma ilusória e vã. E, por último, tratamos acerca da possível prática da formação cidadã, que

possui como conselheiro o próprio filósofo ora em questão e, partindo do pressuposto que o Estado Civil legítimo implica a liberdade e a igualdade dos cidadãos, finalizaremos investigamos sobre a responsabilidade de cada membro do Estado no seu processo de formação.

**Palavras-chave:** Educação. Civismo. Liberdade. Igualdade e legislador.

### **Análise lógica da proposição e divisibilidade infinita de corpos no Tractatus de Wittgenstein**

Paulo Júnio de Oliveira

Orientadora: Araceli Rosich Soares Velloso

Data da defesa: 10/11/2015

O objetivo deste trabalho é discutir o problema da divisibilidade infinita de “corpos”, um problema que era discutido já no período clássico por Aristóteles e sua análise dos paradoxos de Zenão. Nossa hipótese de trabalho é a de que no Tractatus-Logico-Philosophicus Wittgenstein teria apresentado uma possível reformulação desse problema ao tratar da análise de proposições. Uma das teses centrais no Tractatus é a de que toda a proposição tem uma análise lógica completa e esse processo de análise tem de ter um fim. Baseado nisso, nós argumentamos que segue-se necessariamente que os elementos presentes no estado de coisas descritos pela proposição não podem prosseguir sendo subdivididos, uma vez que o processo de análise da proposição que descreve tal estado de coisas é necessariamente finito.

**Palavras chave:** Análise lógica. Divisibilidade infinita. Tractatus.

### **O trono vazio: a teoria unitária do poder na genealogia teológica de Giorgio Agamben**

Pedro Lucas Dulci Pereira

Orientadora: Adriana Delbó Lopes

Data da defesa: 20/02/2015

A presente dissertação tem por objetivo explorar apenas uma das portas de entrada da filosofia de Giorgio Agamben: a genealogia teológica da assinatura “poder” em sua forma unitária. A revelia da multifacetada obra de Agamben,

existe uma espécie de coluna vertebral que perpassa todo o raciocínio do filósofo nos últimos 25 anos. Agamben habitualmente coloca o seu leitor naquele lugar que ele chama de zona de indiferença, ou mesmo, de inoperosidade. A origem da ideia de uma zona de indiferença ou de inoperosidade, que Agamben usa como pressuposto ubíquo em sua obra, é justamente a teologia messiânica judaico-cristã – por isso se trata de uma genealogia teológica. Essa filosofia da indiferença ou messianismo político presente na obra de Agamben sempre se mostra a partir de três movimentos básicos operados pelo autor. Em primeiro lugar, ele faz uma crítica entre duas categorias historicamente colocadas em oposição no pensamento ocidental. Zoê e bíos, dentro e fora, lei e anomia, exceção e regra, etc. Após destacar esta polaridade, ele passa ao segundo movimento que se trata de fazer emergir uma zona de indiferença entre estes dois pólos. A figura do homo sacer, o estado de exceção, o campo de concentração, etc., são também exemplos de pessoas, lugares e situações em que essas oposições bilaterais se tornam indiferentes e entram em uma zona de inoperosidade. Tudo isso ele mostra para que, por fim, no terceiro movimento de sua argumentação, poder apresentar aquela que talvez seja sua única proposta: o momento messiânico de suspensão destituente. A forma de vida franciscana, o uso sem posse, a violência divina, ou a profanação são diferentes modos de apresentar uma ação que esteja fora da chave de leitura metafísica potência/ato. Cada um desses movimentos fundamentais será explorado nas três partes da presente dissertação tendo como foco principal a assinatura “poder” em sua filosofia.

**Palavras-chave:** Soberania. Exceção. Inoperosidade. Poder. Indiferença.

### **Direitos humanos e cosmopolitismo em Habermas: uma abordagem a partir da razão comunicativa em relação ao direito**

Stefian Metzen Klein

Orientador: Adriano Correia Silva

Data da defesa: 16/09/2016

Em uma sociedade cada vez mais interdependente, a perspectiva do cosmopolitismo se apresenta como uma possibilidade de reorganização política do ambiente internacional frente aos desafios postos pela contínua interconexão das comunidades nacionais. Para tanto, o direito se mostra como meio de coordenação entre as partes para a obtenção desta intenção de uma comunidade cosmopolita. E, considerando este cenário pós-nacional, os direitos humanos parecem ser a pedra angular na construção de um ordenamento jurídico

cosmopolita que teria por alicerce a garantia da dignidade humana. É neste ambiente que o presente trabalho se insere, quando percorre o pensamento de Jürgen Habermas acerca da legitimação do direito para tentar encontrar as bases de um acordo normativo em torno dos direitos humanos e diante de uma perspectiva cosmopolita. Deste modo, inicia-se com uma breve abordagem da teoria do agir comunicativo do autor e sua relação com o direito. Em seguida, descortina-se a teoria jurídico-filosófica de Habermas em meio ao aspecto procedimental do direito e sua respectiva legitimação. E, por fim, já percorrendo os escritos mais recentes do filósofo, que incidem sobre a realidade atual, busca-se verificar as condições de possibilidade de uma identidade cosmopolita entre os cidadãos do mundo, assim como um esboço organizacional proposto pelo autor para a realização da transição de uma comunidade internacional para uma comunidade cosmopolita, em que se percebe a moral como um ponto fundamental neste contexto de normatização transnacional.

**Palavras-chave:** Direitos humanos. Cosmopolitismo. Ação comunicativa. Legitimação. Moral.

## INICIAÇÃO CIENTÍFICA

### **Conceito de número como predicado de segunda ordem: Estrutura da aritmética e Teoria de Tipos em Frege**

Aline Stéphanie Freitas dos Reis

Orientador: André da Silva Porto

Período: 2016-2017

Neste artigo meu objetivo foi defender que há uma noção de tipos lógicos envolvida no conceito de número em Frege, dada a estrutura da predicação numérica proposta pelo autor. Tendo em vista que Frege normalmente é lido como um filósofo puramente extensionalista e que quando há apenas extensões é comum não distinguir tipos, busco mostrar que apesar dele sempre levar tudo para o nível  $o$  (com o princípio da extensionalização), ainda assim, ele teria uma noção intencional na qual me permitirá falar de tipos lógicos, pois a predicação numérica é distinta e o número seria um predicado de segunda ordem. Para isso, apresentarei a definição de número dada por Frege, focando nos seus argumentos nos quais distingue a predicação numérica de outras predicações como a de cor, para evidenciar as características dessa estrutura da aritmética e, além disso, também irei expor brevemente alguns elementos fundamentais de sua filosofia para melhor compreensão desta definição de número. E, por fim, argumentar utilizando desta estrutura da predicação numérica, sendo ela uma predicação em segunda ordem, para poder diferenciar tipos na teoria fregeana.

### **A teoria da mudança e a crítica ao conceito de substância em Russell**

Jean Carlos Campos de Souza Jr.

Orientador: Guilherme Ghisoni da Silva

Período: 2015-2016

O filósofo Bertrand Russell argumentou contra a linha de pensamento, que é geralmente atribuída a Aristóteles, de que a substância é algo que perdura ao longo do tempo. Para Russell, o que há na realidade são séries de particulares estáticos e individualmente distintos ordenados pela relação de sucessão e simultaneidade. Começarei destacando o Paradoxo do Movimento, utilizado por Russell como um dos exemplos para tratar o tempo no viés estático. Zenão de Eléia produz quatro argumentos para sustentar a conclusão paradoxal da inexistência do movimento, são eles: A Dicotomia, Aquiles e a Tartaruga, A Flecha

e O Estádio. Além de utilizar o Paradoxo do Movimento, Russell também utiliza a metáfora do projetor para sustentar que as coisas são formadas por uma multiplicidade de particulares estáticos no tempo, ou seja, Russell concorda com Zenão em relação ao tempo estático. Deste modo, na concepção de Russell, há particulares estáticos e em sequência no tempo, igualmente como ocorre com os frames de cada pedaço do rolo de filme. Russell tem a pretensão em anular através da teoria estática do tempo distinções desnecessárias que Aristóteles constrói com os conceitos de substância essenciais e acidentais.

**Palavras-chave:** Substância. Tempo. Movimento. Mudança. Zenão.

### **O Estado democrático de direito frente às divergências sociais em Jürgen Habermas**

Marcelo da Silva Araújo

Orientador: Renato Moscateli

Período: 2015-2016

O afloramento da época moderna trouxe consigo novos desafios frente aos diversos setores da sociedade, interferindo na forma de se fazer e ver a política. Diante deles, o filósofo Jürgen Habermas apresentou importantes contribuições para o repensar da democracia, implicando em reflexões sobre o Estado democrático de direito em sua pluralidade de opiniões e de desigualdades sociais. Em tal contexto, as reivindicações vindas de grupos variados e o jogo político de interesses partidários, presentes tanto na esfera privada quanto pública, têm levado a sociedade a uma perda de orientação política, isto é, à falta de consensos sobre projetos comuns a serem defendidos pelos cidadãos. Por sua vez, o sistema manifesto no Estado, de certo modo, tem perdido a sua conexão com a sociedade civil em função do distanciamento entre seus próprios interesses corporativos e/ou privados (presentes nas pessoas que o gerem) e a realidade do “mundo da vida” habitado pelos cidadãos comuns. Daí a proposta habermasiana de democracia deliberativa ou procedimental, estabelecendo uma relação mais forte e constante entre a formação institucionalizada da opinião e da vontade políticas no âmbito do Estado (parlamentos, governos, burocracia), por um lado, e a elaboração informal da vontade e da opinião na esfera pública da sociedade civil, por outro. Em ambos os cenários, os processos comunicativos da razão intersubjetiva são o núcleo da política deliberativa, representando um meio-termo entre os modelos tradicionais de democracia reconhecidos como liberal e republicano.

**Palavras-chave:** Estado democrático. Jürgen Habermas. Democracia deliberativa.

## **MONOGRAFIAS**

### **O Místico no Tractatus Logico-Philosophicus de Ludwig Wittgenstein**

Jefferson Galvão Tavares

Orientador: Guilherme Ghisoni da Silva

Data da defesa: 29/07/2016

A presente pesquisa tem por aspiração central abordar a questão do místico (e do misticismo) no Tractatus Logico-Philosophicus (1921), escrito por Ludwig Wittgenstein. O místico no Tractatus traz em si várias ambigüidades e por certo distintas interpretações. O objetivo da pesquisa é poder contribuir para uma compreensão do místico, apresentado nos aforismas 6.44, 6.45 e 6.522. Para isso, faz-se necessário percorrer, ao longo do Tractatus, uma argumentação que mobiliza encadeamento de ideias em torno do que “pode ser dito”, perpassando pela “operação do sujeito metafísico como agente da nomeação do objeto” e uma profunda reflexão sobre a questão da ética. Tendo em vista o estudo deste último tema, abordaremos como Wittgenstein tematiza a questão do místico na Conferência sobre Ética (1929/1930).

**Palavras-chave:** Inefável. Proposição. Sujeito transcendental. Lógica. Sentimento.

### **O debate entre liberais e comunitaristas: reflexões acerca do conceito de pessoa e da neutralidade do Estado**

Lais Cristina Rocha de Jesus

Orientador: Renato Moscateli

Data da defesa: 23/12/2016

O liberalismo político, de forma geral, tenta excluir da esfera pública todas as considerações morais e religiosas concernentes à conduta privada dos cidadãos. Neste sentido, John Rawls defende que o Estado deve ser neutro em relação às diferentes concepções de bem defendidas na sociedade. Ele precisa funcionar apenas como um suporte a partir do qual os indivíduos estarão livres para fazer suas escolhas. Levando em consideração essa proposta liberal, podemos nos perguntar se é, de fato, possível e coerente defender que o Estado seja neutro. Para isto, recorreremos à discussão das críticas de Sandel às ideias de Rawls, especialmente a concepção de pessoa decorrente delas, a qual, na interpretação sandeliana, seria um “eu desonerado”, destituído de conteúdo e de fins.

Igualmente, tratamos de como Sandel desconstrói a premissa liberal da anterioridade do justo em relação ao bem, a qual fundamenta a tese da neutralidade do Estado.

**Palavras-chave:** Rawls. Sandel. Neutralidade estatal. Concepção de pessoa.

### **A liberdade individual na teoria política de Rousseau**

Marcelo Henrique Lisboa da Silva

Orientador: Renato Moscateli

Data da defesa: 07/02/2017

O Contrato Social de Rousseau nos revela o amor que este filósofo tem pela liberdade. Do início ao fim de seu livro, o autor mostra-se extremamente favorável à liberdade. No entanto, alguns leitores liberais consideram que Rousseau aniquila por completo a liberdade individual com suas ideias de um Estado Republicano. Assim, pretendo nesta monografia mostrar que o modelo de ordenamento político rousseauiano não prejudica liberdade das pessoas, pelo contrário, ele a torna possível em uma sociedade bem ordenada. Para isso, discutirei alguns dos principais argumentos acerca da teoria política de Rousseau contida no Contrato, de forma a sustentar que nela a liberdade resiste à crítica feita pelos liberais.

**Palavras-chave:** Rousseau. Contrato social. Filosofia política. Liberdade. Legitimidade.